

TURISMO TERMAL E DESENVOLVIMENTO LOCAL : UMA ANÁLISE COMPARADA DO RIBEIRO (GALIZA) E DO ALTO TÂMEGA (PORTUGAL)

(Comunicação apresentada publicada nas Actas do congresso da Associação Portuguesa de Desenvolvimento Regional, Lisboa, Junho de 2002)

Autores:

Veronique Lapa – Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro - veronika@utad.pt
Xerardo Pereiro – Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro - xerardo@miranda.utad.pt
Xulio Pardellas – Universidade de Vigo - xulio@uvigo.es
Carmen Padín – Universidade de Vigo - padin@uvigo.es

Resumo

A nossa comunicação apresenta os resultados de duas investigações paralelas sob os impactos económicos do turismo termal em duas micro-regiões: o Alto Tâmega (Portugal) e o Ribeiro (Galiza). Numa primeira parte, realizamos uma descrição sócio-económica das duas áreas e uma avaliação das estratégias seguidas em cada caso para utilizar os recursos (águas termais) integrados ou não no sistema produtivo local. Na segunda parte discutimos a forma como as citadas estratégias configuram modelos turísticos muito semelhantes baseados no uso dos recursos termais. Finalmente, uma terceira parte propõe um debate sob as formas culturais a que deram lugar os dois modelos de utilização dos recursos, propondo mais tarde uma conclusão de síntese.

PRIMEIRA PARTE

1. DESENVOLVIMENTO ENDÓGENO E LOCAL

Os enfoques pluridisciplinares e as diferentes tradições académicas criaram alguma confusão na hora de definir e conceitualizar o desenvolvimento local (Rodríguez González, 1998). Para alguns o local coincide com o rural, identificando desenvolvimento local e rural. Para outros o desenvolvimento local faz referência aos processos sócio-económicos centrados numa área territorial de reduzido tamanho de poucos centos de quilómetros quadrados. E ainda para outros, o desenvolvimento local coincide com a escala regional e, outras vezes, com a municipal.

Apesar destes problemas de escala, podemos afirmar que o “desenvolvimento local” não é o mesmo que o “desenvolvimento localizado”. O desenvolvimento localizado caracteriza-se pelos seguintes factores: a) reduz o desenvolvimento a um

ponto ou local geográfico - desenvolvimento situado; b) reduz o desenvolvimento a uma única estratégia de desenvolvimento - económica; c) considera o desenvolvimento de uma forma sectorial; d) é um desenvolvimento vindo de fora e sem contar muito com a participação e decisão dos locais - desenvolvimento exógeno; e) é uma iniciativa exterior e de cima para baixo.

Pelo contrário, o desenvolvimento local não se reduz ao desenvolvimento económico que é considerado só um aspecto do desenvolvimento e tem como escala um pequeno território. Além disso, o desenvolvimento local implica: 1) uma perspectiva global e integral - económica, social, cultural, política; 2) a participação local - desenvolvimento com a comunidade; 3) a sustentabilidade dos seus projectos - desenvolvimento sustentável; 4) a utilização de recursos próprios - desenvolvimento endógeno - para melhorar o bem-estar e a qualidade de vida; 5) a iniciativa local com ajuda ou acompanhamento externo; 6) a interligação local-global.

2. CARACTERÍSTICAS SÓCIO-ECONÓMICAS DO ALTO TÂMEGA (PORTUGAL) E DO RIBEIRO (GALIZA) : DEMOGRAFIA E SISTEMA PRODUTIVO

2.1. Demografia

O Alto Tâmega e Barroso pode ser considerado uma micro-região geográfica e cultural que integra os concelhos de Boticas, Chaves, Montalegre, Ribeira de Pena, Valpaços e Vila Pouca de Aguiar. Do ponto de vista da identidade local, este pequeno território de 2.922 quilómetros quadrados divide-se em duas subunidades como são: o Alto Tâmega - Chaves, Valpaços, Vila Pouca de Aguiar e Ribeira de Pena - e o Barroso - Montalegre e Boticas. É também esta a imagem de promoção turística que oferece a região de turismo do Alto Tâmega e Barroso e que, em linhas gerais, coincide com a bacia do Alto Tâmega português.

O Ribeiro é uma micro-região que integra os concelhos de Arnoia, Avión, Beade, Carballeda de Avia, Castrelo de Miño, Cenlle, Cortegada, Leiro, Melón e Ribadavia. Este território de 408 quilómetros quadrados é atravessado pelo rio Minho e banhado pelo seu afluente o rio Avia.

Quadro 1: VARIAÇÃO DA POPULAÇÃO RESIDENTE NO RIBEIRO (1981-1999)

CONCELHOS	1981	1991	1999	Variação 1981-1999
Arnoia	1339	1096	1215	-124
Avión	4120	3549	2959	-1161
Beade	1204	885	585	-619
Carballeda de Avia	2824	1888	1715	-1109
Castrelo de Miño	5508	3605	2108	-3400
Cenlle	2342	1917	1713	-629
Cortegada	2210	1605	1444	-766
Leiro	2488	2240	2053	-435
Melón	2299	1784	1618	-681
Ribadavia	7050	6086	5556	-1494
Total	31384	24655	20966	-10418

Fonte: Instituto Galego de Estatística (IGE)

Quadro 2: VARIAÇÃO DA POPULAÇÃO RESIDENTE NO ALTO TÂMEGA (1981-2001)

CONCELHOS	1981	1991	2001	Variação 1981-2001
Boticas	8773	7936	6411	-2362
Chaves	45883	40940	43558	-2325
Montalegre	19403	15464	12792	-6611
Ribeira de Pena	10796	8504	7406	-3390
Valpaços	26066	22586	19374	-6692
Vila Pouca de Aguiar	20121	17081	14962	-5159
Total	131042	112511	104503	-26539

Fonte: INE

Dos quadros 1 e 2 queremos salientar vários aspectos:

- Todos os concelhos perdem residentes desde 1981, chegando esta perda nalguns a mais de 50 %.
- 41,68 % da população do Alto Tâmega reside em 2001 no concelho de Chaves.
- Chaves é o concelho com menor perda de população de todos os considerados e aumenta ainda mais a sua população em 2616 pessoas desde o ano de 1991.
- O concelho de Chaves tem uma maior população residente que a reflectida pelas estatísticas, devido à existência do Pólo da UTAD e ao facto de que a maior parte dos aproximadamente 700 alunos não estão recenseados em Chaves, mas sim nas suas terras de origem.
- 26,5 % da população do Ribeiro residia em 1999 no concelho de Ribadavia, que é, aliás, o centro dinamizador da “comarca”.
- O Ribeiro perde população entre 1981 e 1991, mas entre 1992 e 1999 essa perda é menos pronunciada.

2.2. O sistema produtivo

Em 1991 o retrato da população (ADRAT, 1995) empregada por sector de actividade desenhava 45% no sector primário, 17% no secundário e 37% no terciário. Só o concelho de Chaves inverteu esta tendência, pois já em 1991, 52% da população empregada trabalhava no sector terciário, 29% no primário e 19% no secundário. As principais culturas em terras aráveis são três: centeio, milho e batata; e também três as culturas permanentes: videira, castanheiro e oliveira. As explorações agrárias (ADRAT, 1995) são na sua maioria de tipo familiar, contando com uma área de entre 1 e 10 hectares de superfície distribuída em pequenas parcelas muito fragmentadas. Ainda em 1999 (INE) a superfície média por exploração era de 8,50 hectares e 40,89% da população residente na região trabalhava no sector primário. Como em outras áreas da Península Ibérica, a produção do leite tem aumentado em detrimento de outras produções - batata, milho, cereais -, mas também a do vinho e do azeite. É costume a prática de uma agricultura a tempo parcial e de uma poli-actividade familiar importante, dedicada a vários sectores da actividade económica.

Em relação ao sector empresarial do Alto Tâmega, o concelho de Chaves é o que lidera em número de empresas e instituições bancárias, tal como se apresenta no seguinte quadro:

Quadro 3: N.º DE EMPRESAS E DE INSTITUIÇÕES BANCÁRIAS

CONCELHOS	1996		1999	
	Empresas	Instituições bancárias	Empresas	Instituições bancárias
Boticas	521	3	636	3
Chaves	3580	17	4298	28
Montalegre	1157	5	1579	6
Ribeira de Pena	445	3	546	6
Valpaços	1603	6	1821	7
Vila Pouca de Aguiar	1154	5	1427	3
Total	8360	39	10307	53

Fonte: INE e elaboração própria

No caso do Ribeiro, destaca-se igualmente dentro do seu sistema produtivo o forte peso do sector primário. O cultivo da vinha e a produção de vinho e bagaço, juntamente com os cultivos hortícolas, formam a actividade económica principal desde há muitos séculos. A sua importância continua a ser fundamental na actualidade, pois no registo de empresas ainda hoje aparecem inúmeras adegas e empresas auxiliares,

especializadas na plantação e conservação de cepas, na comercialização do vinho, etc., que completam o ciclo produtivo do vinho. Paralelamente, a horticultura, a fruticultura e a floricultura estão presentes na maior parte dos concelhos e apresentam-se como uma alternativa de emprego em muitos deles. Por último, reparamos que a actividade empresarial de maior presença no Ribeiro é a indústria da madeira, centrada em móveis e ataúdes.

Quadro 4: ÍNDICES ECONÓMICOS NOS CONCELHOS DO RIBEIRO

CONCELHOS	% desemprego	Nível económico	Instituições bancárias	Actividades industriais	Actividades comerciais	Actividades de restauração
Arnoia	2,9	4	1	37	15	6
Avión	1,8	6	7	24	18	15
Beade	-	-	-	-	-	-
Carballeda de Avia	4,2	4	1	50	16	6
Castrelo de Miño	2,4	4	2	66	24	7
Cenlle	2,7	5	3	31	23	7
Cortegada	3,3	5	3	27	25	8
Leiro	4,9	4	3	39	28	20
Melón	4,5	3	-	37	23	8
Ribadavia	5,2	5	11	137	220	75
Total	3,1	4,4	31	448	392	152

Fonte: Instituto Galego de Estatística (IGE)

Baseando-nos em alguns cálculos provisórios que fizemos, queríamos apenas acrescentar que a percentagem da população activa que tem um emprego directamente ligado às termas é mínima em ambas as zonas.

SEGUNDA PARTE

3. O TERMALISMO

3.1. O termalismo no Alto Tâmega

Em Portugal já se completou o centenário da publicação do primeiro diploma que veio regulamentar, autonomamente, a exploração das águas mineromedicinais: trata-se do Decreto n.º 16, de 30 de Setembro de 1892. De então para cá, só algumas alterações sem relevância significativa foram efectuadas no seu texto (entre outros em 1919 – Decreto n.º 5 787-F, em 1928 – Decreto n.º 15 401, em 27 de Março de 1969 – Decreto-Lei n.º 48 935). Eis aqui a razão principal porque as termas podem ser

consideradas como pessoas colectivas de direito privado e regime administrativo, devendo-se considerar a exploração das águas minerais como a exploração de um serviço público (Silva, 1980: 349). Isso quer dizer que em Portugal predomina o termalismo de saúde e não o termalismo lúdico, porque a lei ainda não facilita a adjudicação de alvarás de concessão que incentivam o turismo, o mero desfruto das águas (Navega, 1980: 353-355).

A chamada “Lei das Águas”, isto é, o Decreto n.º 16, de 30 de Setembro de 1892 com as alterações que lhe foram introduzidas pelo Decreto n.º 15 401, domina ainda hoje a organização concreta do termalismo (Navega, 1980: 354). Quase logo a seguir à saída desta legislação, Vidago (a fonte Vidago 1 em 02-05-1893) e Pedras Salgadas (25-10-1893) conseguiram o seu alvará de concessão. Chaves obteve o seu em 11-10-1899 e Carvalhelhos apenas em 1915. A actual exploração comercial destas nascentes não seria possível sem este documento.

As termas do Alto Tâmega com o passado mais rico são as de Chaves: sabe-se que a presença destas águas hipertermiais foram um motivo fundamental para que os Romanos construíssem um castro, incluindo as termas, no tal local. Mas nos séculos a seguir o interesse para estas águas reduziu consideravelmente até aos finais do século XIX, época em que, em toda a Europa, se pôde constatar uma revitalização do termalismo e, conseqüentemente, um grande incremento do número das termas. Só naquele século é que os efeitos curativos das nascentes de Carvalhelhos e Vidago - descobertos por acaso por camponeses locais (respectivamente por volta de 1830 e 1850) - foram comprovadas através de umas primeiras análises químicas. A de Vidago data de 1867 e a de Pedras Salgadas data de 1871. Nessa altura surgiram os “Palace Hotel” situados em parques naturais e acompanhados por salões de chá, casinos, hipódromos, campo de ténis, etc., numa tentativa de animar os centros termais. Salientam-se as termas de Vidago que, entre 1875-78, foram a estância termal da corte, sendo o Palace Hotel inaugurado pelo rei D. Luís; e as de Pedras Salgadas ao lado das de Curia. Esta época áurea do termalismo continuou até aos anos 30 do século passado. As razões do declínio destes centros de lazer, cultura e turismo foram iguais para todos: a descoberta dos antibióticos e das férias na praia (Duarte, 2002).

A fractura geológica do Alto Tâmega é a responsável pela origem destas nascentes de águas minerais. De entre elas, é preciso distinguir as denominadas “águas santas” (Verdelho, 1993: 1) e as termas aproveitadas de Chaves, Carvalhelhos (Boticas), Vidago (Chaves) e Pedras Salgadas (Vila Pouca de Aguiar). As primeiras são nascentes

abertas - como as de Vilarelho da Raia, Segirei e Sandim e Vila Verde de Oura no concelho de Chaves, ou Sabroso de Aguiar no concelho de Vila Pouca de Aguiar - que são utilizadas livremente pelas populações locais. A sua existência é muitas vezes pouco divulgada e conhecida. Entre as segundas, a exploração económica e especialmente turística é fundamental para entender as mesmas, mas também a própria noção de termalismo, que define as práticas terapêuticas realizadas com águas minero-medicinais para alívio de doenças. A esta noção de termalismo é preciso conjugar hoje novas noções como a de “termoludismo”, que define as práticas termais com fins principalmente recreativos e de lazer. É sobre estas termas aproveitadas que focamos a nossa atenção neste trabalho, com o objectivo de avaliar o seu impacto no desenvolvimento local.

As termas de Chaves são as únicas do Alto Tâmega onde as águas brotam com 73° C do fundo da terra, daí serem nomeadas “Caldas de Chaves”. Têm a sua origem numas nascentes já bem documentadas na época romana. No entanto, a câmara republicana de 1912 foi a primeira a adjudicar o seu aproveitamento termal (Machado, 1994: 309) ao flaviense Cândido Sotto Maior. O fracasso do projecto será ultrapassado com sucesso nos anos 50 do século XX (Machado, 1994: 309) quando a câmara municipal começa a recuperação das nascentes e a construção do que hoje em dia é um moderno complexo termal. Uns anos mais tarde, a presença desta energia geo-termal incentivou as autoridades a desviar alguma água para um centro experimental de agricultura que abriram nos arredores em colaboração com a UTAD e que está a dar resultados interessantes.

As termas de Vidago (Chaves) estão situadas a quinze quilómetros a sul de Chaves, onde perto da zona de aproveitamento termal e terapêutico se encontra uma unidade de engarrafamento desta água mineral, que depois é distribuída por todo o país e lá fora com o nome duplo “Salus – Vidago”. As termas de Pedras Salgadas (Vila Pouca de Aguiar) e as termas de Carvalhelhos (Boticas) também juntam áreas de terapia balnear a outras de engarrafamento industrial das suas águas, comercializadas internacionalmente com o nome da terra da sua origem. As águas destas três termas são hipotermiais. No entanto, têm as mesmas características físico-químicas básicas que as de Chaves, o que é lógico, visto que todas elas se encontram, como já dissemos, na mesma falha geológica: Verín (Galiza) – Régua (Portugal). São águas hipossalinas, bicarbonatadas sódicas e levemente fluoretadas. Por isso, convidam o mesmo tipo de paciente: doentes de pele, doentes do aparelho digestivo ou urinário, doentes com

alergias, ou pessoas com osteartrose e transtornos afins, espondilose e artrite reumatoide/poliartropatias inflamatórias.

3.2 O termalismo no Ribeiro

Localizada na parte mais ocidental do distrito de Ourense, a “comarca” (micro-região) do Ribeiro é um dos grandes núcleos termais da Galiza. Conta com meia dúzia de balneários, sem ter em conta as águas desaparecidas abaixo da barragem de Castrelo de Miño. A qualidade da oferta balnear é irregular, pois só um dos balneários oferece instalações modernas, enquanto que os outros precisam urgentemente de mais atenção para evitar a sua queda.

As nascentes do Ribeiro brotam nas ribeiras do rio Miño, em terrenos graníticos. Têm, em geral, um caudal abundante, com excepção das de Reza (Arnoia). Segundo as temperaturas, as nascentes do Ribeiro são mesotermiais (entre 35 e 45° C) ou hipertermiais (mais de 45° C). As nascentes mais importantes do Ribeiro localizam-se em Castrelo de Miño, Cortegada, Prexigueiro, Laias, Berán e Reza (Arnoia). A composição das águas é sulfurada e alcalina, com pouco sal dissolvo e um alto conteúdo em sílice.

O balneário de Arnoia, assentado num manancial conhecido e empregado no local desde antigo, não tinha instalações até princípios dos anos 90, quando a “Fundación San Rosendo” de “Cáritas Diocesanas” aí construiu um moderno complexo hoteleiro-balneário-residencial, que foi inaugurado no ano 1995. O edifício moderno, com a fachada principal face ao rio, divide-se em duas secções: o hotel de três estrelas e o centro termal. A indicação mais importante deste centro termal é o tratamento do stress e os tratamentos de beleza. Tradicionalmente estas águas empregavam-se para beber, mas actualmente o complexo tem modernos elementos bálneo-terapêuticos, como banheiras de aeromassagem, diferentes tipos de duches, saunas, piscinas, etc.

Da mesma origem que o anterior é o balneário de Laias, no concelho de Cenlle. Estas águas minerais foram utilizadas com toda a segurança desde a antiguidade, pois a zona tem muitos vestígios de origem romana, entre os quais se destacam restos de banhos romanos, chamados “Acquae Leae”. O seu uso prolongou-se ao longo da Idade Média, porém não conhecemos quais as instalações que contava inicialmente. A meados do século XIX, existiram várias banheiras de pedra, mas no início do século XX edificou-se um balneário que ficou submerso pela barragem de Castrelo de Miño nos anos 60. Para remediar esta falta de instalações, a “Fundación San Rosende” inaugurou

em Abril de 2001 a Vila Termal de Laidas, que conta com um hotel de três estrelas, semelhante em serviços ao de Arnoia, apesar destas águas serem hipertermais (50°), muito indicadas para o tratamento do reumatismo, doenças músculo-esqueléticas, doenças da pele e *stress*.

No concelho de Cortegada existe um balneário, situado a 400 metros da vila, na ribeira do rio Miño. Desconhece-se a época do descobrimento destas águas empregadas desde tempos pelos vizinhos para tomar banhos ao ar livre. A maior dificuldade que experimenta é que as nascentes estão muito perto do rio e, deste modo, as cheias que o rio tem no inverno voltam a desfazer de novo as melhorias feitas às infra-estruturas. É por isso que, apesar de serem consideradas umas das melhores águas da Galiza, apresentam umas instalações muito pequenas. Na actualidade, a concessão do balneário pertence à empresa Egatur (sociedade de empresários galegos e portugueses), que abriu o balneário, completado por 6 quartos. De qualquer maneira, a criação de um moderno complexo balnear ao pé das actuais instalações está em elaboração.

No concelho de Leiro encontramos outro balneário, o de Berán, também gerido pela sociedade Egatur. A primeira referência histórica aparece num documento testamentário no século XVII, que é citado em muitas publicações (Bedoya, 1785; Rubio, 1855; Taboada Leal, 1877). As instalações respondem às características de um pequeno balneário rural, com uma pequena casa de banho, juntamente com sete pias e uma piscina exterior, tendo, além do mais, serviços complementares como duches, guarda-roupas, etc. Este balneário não só nos oferece uma paisagem natural excepcional nos seus arredores imediatos, mas também nos oferece as águas mais conhecidas da comarca do Ribeiro para o tratamento das doenças da pele.

No concelho de Ribadavia está construído outro balneário, o de Prexigueiro, na ribeira do rio Cerves, a pouca distância da desembocadura deste rio no rio Miño. As referências mais antigas dele datam dos meados do século XVI, época na qual as águas de Prexigueiro pertenciam ao mosteiro de “Santa María de Melón”, sendo os séculos XVII e XVIII a época de maior fama deste balneário. Mais recentemente, realizaram-se reformas profundas neste pequeno balneário rural que está, tal como o de Berán, envolvido por uma grande beleza paisagística.

4. A INFRA-ESTRUTURA TURÍSTICA

4.1. Os recursos turísticos no Alto Tâmega

Em primeiro lugar, queremos considerar aqui o alojamento turístico, que por enquanto ainda não está intimamente ligado ao fenómeno do termalismo, mas que tem de ser considerado como um importante recurso e potencial. O parque hoteleiro de qualidade no Alto Tâmega é um dos melhores da Região Norte. A Estalagem de Carvalhelhos tem 4 estrelas, tal como o Hotel Forte São Francisco em Chaves e a Albergaria Aguiar da Pena em Vila Pouca de Aguiar, algo mais que o suficiente para poder atrair ainda mais turistas. No entanto, a oferta hoteleira e de alojamento é sobretudo em Chaves, fortemente presente nos arredores imediatos das caldas: várias pensões e residências, hotéis com 1 ou 2 estrelas, tal como quartos particulares alugados sem fiscalização e controlo. Este último fenómeno constitui um complemento importante para a economia doméstica de muitas famílias, o que no nosso ponto de vista, deverá ser estudado em pormenor sob uma perspectiva de economia cultural. No quadro que se segue podemos observar detalhadamente os tipos de alojamento hoteleiro:

Quadro 5: N.º DE UNIDADES HOTELEIRAS (POR TIPO) E N.º DE QUARTOS NO ALTO TÂMEGA (2001)

Tipo de alojamento	Chaves (cidade)		Chaves (Vidago)		Vila Pouca de Aguiar (Pedras Salgadas)		Boticas (Carvalhelhos)	
	n.º unidades	n.º quartos	n.º unidades	n.º quartos	n.º unidades	n.º quartos	n.º unidades	n.º quartos
Hotel 5*								
Hotel 4*	1	58	1	82	1	32		
Hotel 3*	1	166	1	29	1	85		
Hotel 2*	1	39						
Hotel 1*								
Estalagem (4*)							1	20
Albergaria (4*)							1	10
Residencial 3*	6	109						
Residencial 2*					1	13		
Residencial 1*								
Hospedaria	1	13						
Pensão 3*			1	16				
Pensão 2*			2	41	1	23		
TER (quinta/casa)	11	62			2	14	3	16
TER (hotel)	1	20						

Fonte: Elaboração pessoal de dados fornecidos pela DGT do Alto Tâmega e Barroso

Não queríamos deixar de mencionar a existência de um parque de campismo com 300 lugares, situado ao lado da estrada nacional entre Chaves e Vidago. Em relação ao alojamento de tipo TER (turismo rural), apenas perto das termas de Vidago não se pode praticar turismo no espaço rural. Pelo contrário, em Chaves a oferta do tipo TER tem crescido significativamente nestes últimos anos. Aí 11 casas e quintas rurais oferecem 62 quartos (102 camas). O Hotel Rural Quinta de Samaiões acrescenta 40 camas em 20 quartos. Isto dá para 2001, só neste sector, uma capacidade de alojamento de 51830 pernoitadas em Chaves, 4380 em Vila Pouca de Aguiar, e 11680 em Boticas (por ano). Em futuros estudos, pensamos que é preciso estudar de mais perto a possível inter-relação entre este tipo de turismo e o aproveitamento das termas.

4.2. Os alojamentos turísticos no Ribeiro

Quando analisamos o alojamento turístico não podemos esquecer uma diferença entre as duas zonas estudadas, nomeadamente que, na Galiza, os balneários incorporam normalmente estabelecimentos hoteleiros. Acontece que os espanhóis tendem a considerar o hotel e o balneário como uma unidade inseparável. A explicação, em termos gerais, está motivada pela propriedade das águas, muitas das quais estão em mãos de particulares ao contrário do que acontece em Portugal, onde a propriedade é pública e onde à volta do balneário se situam os estabelecimentos hoteleiros e de restauração. No seguinte quadro podemos observar detalhadamente os tipos de alojamento hoteleiro da “comarca” do Ribeiro:

Quadro 6: N.º DE UNIDADES HOTELEIRAS (POR TIPO) E N.º DE QUARTOS NO RIBEIRO (2001)

Tipo de alojamento	Arnoia		Avión		Cenlle		Cortegada		Leiro		Ribadavia	
	n.º unidades	n.º quartos	n.º unidades	n.º quartos	n.º unidades	n.º quartos	n.º unidades	n.º quartos	n.º unidades	n.º quartos	n.º unidades	n.º quartos
Hotel 5*												
Hotel 4*									1	25		
Hotel 3*	1	50			1	98						
Hotel 2*												
Hotel 1*												
Residencial 3*												
Residencial 2*											1	13
Residencial 1*												
Hospedaria											4	36
Pensão									1	8		

TER (quinta/pazo)			1	5					1	8	1	10
TER (hotel/casa aldea)	6	25					1	4			1	3

Fonte: TURGALICIA. Guía de aloxamentos turísticos 2001

Ao lado do alojamento hoteleiro devemos ter em conta um parque de campismo de 1ª categoria com 345 vagas e um edifício de apartamentos com 28 vagas, tudo isto no concelho de Leiro. Reparámos igualmente que o hotel de 4* do mesmo concelho de Leiro é um mosteiro do século XIII reabilitado e orientado para uma procura de turismo histórico.

TERCEIRA PARTE

5. A AVALIAÇÃO SOCIAL DO TERMALISMO E O SEU POTENCIAL TURÍSTICO NO ALTO TÂMEGA E NO RIBEIRO

Relativamente ao perfil das pessoas que frequentam as termas (Duarte: 2002) distinguimos dois tipos: o aquista tradicional que vai às termas para se curar e os visitantes - veraneantes fundamentalmente - que pretendem apenas gozar dos serviços turísticos e lúdicos. Podemos dizer que tanto a legislação e as tradições do termalismo português, como as da Galiza, estimulam a permanência e o sobrepeso do primeiro perfil. Mas as tendências actuais mostram-nos que ao homem de hoje em dia não lhe chegam os aspectos curativos das águas. Está cada vez mais interessado nos aspectos preventivos e lúdicos das mesmas. Ele quer manter a sua aparência corporal ou relaxar ou apenas divertir-se através do consumo dos múltiplos serviços que as termas lhe podem oferecer, como saunas, banhos turcos, terapias aeróbicas, aromaterapias, acupunctura, fangoterapias, dietética, massagens, yoga, ... O aquista típico representa uma população bastante idosa, de baixo nível sócio-profissional (operários, capatazes, pequenos patrões do comércio e da indústria), de escolaridade muito limitada e com um reduzido nível de capital cultural que se limitam a actividades de repouso uma vez por ano na zona termal restrita e que tem poucas despesas na zona.

Os veraneantes, pelo contrário, têm na média 46 anos, uma condição sociocultural elevada (quadros médios e superiores da administração pública e do sector privado), um nível de escolaridade avançado (universitário) e um forte capital cultural. Os veraneantes querem tirar mais proveito da sua estadia perto das águas, descobrindo a

região envolvente, visitando exposições, ouvindo concertos, etc., já que ganharam este hábito durante as outras férias que se permitem durante o ano. A despesa de este segundo tipo de aquista é muito superior ao primeiro, são pois “bons gastadores” (Duarte, 2002).

Sabendo isso, percebemos logo porque é que Vidago e Pedras Salgadas do lado português, e Arnoia e Berán, do lado galego já introduziram as necessárias alterações aos balneários e à infra-estrutura hoteleira para conseguir mais facilmente cativar a atenção deste cliente mais abastado. Até a Câmara de Chaves têm a consciência que deveriam abrir os balneários a um público mais diversificado e já planeou a criação de um verdadeiro centro lúdico. Mas, porque em Portugal no mesmo balneário não se podem oferecer serviços curativos ao lado de serviços lúdicos - como acontece na Galiza e na maior parte dos países europeus - a concretização deste projecto municipal ainda não é para já.

CONCLUSÃO

O trabalho feito deu-nos a plena consciência do facto de que os recursos endógenos estudados, as águas termais do Alto Tâmega e do Ribeiro, são recursos com um potencial enorme que podem ser aplicados de forma multi-facetada. Basta mencionar, por exemplo, que a integração sã deste recurso no sistema produtivo local exerce uma influência positiva sobre a conservação e o acréscimo do património cultural e natural dos dois territórios. Por enquanto, este recurso pode ser explorado - de uma maneira sustentável - ainda mais intensivamente. Com este fim formulámos as seguintes sugestões.

- Um dos maiores problemas turísticos do Alto Tâmega e do Ribeiro é o de encontrar os meios adequados para tornar os excursionistas em turistas e aquistas, contribuindo desta maneira para um maior enriquecimento das zonas estudadas. Até hoje, os turistas estrangeiros apenas passam pelas suas estradas para chegar ao seu destino turístico final onde passam as suas férias. Dos nacionais, sabemos que continuam a preferir a praia e o sol ao interior. Pensamos que diversificar a oferta termal deveria ser uma aposta das duas micro-regiões para manter os turistas mais tempo.
- Constata-se um fraco desenvolvimento da oferta turística activa. É preciso buscar muito antes de encontrar fornecedores deste tipo de serviços mesmo quando não estão enraizados dentro da região (quando operam de fora). Outra

área aberta à exploração empresarial é a que alguns designam como “empresa de percursos turísticos internos” (Ribeiro, 2000: 23).

- Recomendamos igualmente criar circuitos transfronteiriços termais seguindo uma política da “hidráulica dos fluxos” com a Galiza. É preciso também abrir a oferta. Os portugueses do Alto Tâmega e os galegos podem perfeitamente, como nós o fizemos, juntar-se a uma mesa à volta de um trabalho preparativo bem feito para criar novos roteiros termais. Observamos que, como em todos os desdobráveis turísticos, nem aparece um mapa da situação geográfica do Alto Tâmega relativamente à Península, mas tampouco da sua relação geográfica com a Galiza - com a qual, no entanto, aumentaram os fluxos consideravelmente desde a abertura da “autovia das Rías Baixas” em 1999. O Ribeiro continua mais conhecido pelo seu vinho que pelos seus demais recursos turísticos.
- Os investigadores que analisaram a situação económica de Trás-os-Montes e Alto Douro (em preparação do Fórum da iniciativa económica em Trás-os-Montes e Alto Douro) formularam umas propostas de negócios para desenvolver melhor a região. Deram muita importância à questão das termas e concluíram igualmente que uma legislação atrasada impede que Portugal avance nos caminhos já explorados com êxito por outros países. As termas têm de alargar, variar e modernizar a sua oferta na direcção de tratamentos do corpo e da mente, já que ficou provado que a clientela interessada apresenta um perfil sócio-económico (que claramente indicia um considerável poder aquisitivo) que garante boas perspectivas de rentabilidade de tais projectos inovadores (Ribeiro, 2000: 25-29).
- Sabendo que no Alto Tâmega as termas são exploradas para curar doentes, como é que pessoas que não se submetem a um exame médico para serem receitados tratamentos específicos, podem aproveitar destas águas? Pois... O acesso ao próprio recinto dos tratamentos costuma apenas ser autorizado aos aquistas. Isto implica que a maior parte da população (local) não possa imaginar sequer as cabinas de tratamento, o instrumentário utilizado, as piscinas, ... No entanto, (respeitando um certo horário e nem sempre durante todo o ano) qualquer pessoa pode dirigir-se ao buvete e pedir um copo de água grátis. Os parques envolventes estão também sempre abertos ao público em geral. Nos hotéis mais próximos qualquer um pode nas calmas tomar um chá ou outra coisa. Em Carvalhelhos pode ser encomenda uma visita à empresa de engarrafamento. Os

concertos organizados na época balnear pelos donos do Vidago Palace também podem ser ouvidos por passantes.

- Aachamos que vale a pena abrir mais unidades de TER no contexto das duas micro-regiões, o Alto Tâmega e o Ribeiro, sempre que se crie uma ligação com o turismo termal e cultural da zona, seguindo uma “técnica pinball” de conexão entre vários pólos turísticos, oferecendo um ambiente familiar e natural perto das estâncias de cura.
- De acordo com o secretário geral da ADRAT, para uma melhor exploração turística e económica do Alto Tâmega, haveria que inventariar todas as nascentes da zona, criar circuitos, assinalar devidamente cada uma e explorar racionalmente cada nascente termal (Machado Montalvão, 2002).
- O potencial turístico das termas do Alto Tâmega e do Ribeiro é muito grande. Pensamos que o número de aquistas pode aumentar, mas - mais uma vez - para isso precisávamos de desenvolver o “termoludismo”, o que aumentaria exponencialmente o número de utilizadores das termas, o número de empregos, e a riqueza indirecta gerada. Acerca deste último assunto, pensamos que as termas são um elemento de atracção turística fundamental para as duas zonas, mas também de reforço para o desenvolvimento do turismo em espaço rural. Ao mesmo tempo, da perspectiva do desenvolvimento local, as termas são um recurso endógeno que possibilita uma distribuição equitativa da riqueza, contribuindo para os equilíbrios sociais e territoriais.
- Aachamos - para terminar - que todas as termas estudadas deveriam apostar mais a sério na divulgação da sua existência e da sua oferta através dos meios de comunicação mais modernos, nomeadamente da internet.

BIBLIOGRAFIA

- ARES, T. e VILA, R. (1997): Guía dos balnearios de Galicia. Vigo: Galaxia.
- ADRAT (1995): Plano de competitividade para o Alto Tâmega. Dossier de análise global. O Alto Tâmega em números. Chaves: ADRAT (texto policopiado).
- ADRAT (2002): Dados estatísticos do Alto Tâmega. Chaves: ADRAT.
- CROSBY, A. e MOREDA, A. (1996): Desarrollo y gestión del turismo en áreas rurales y naturales. Madrid: Centro Europeo de Formación Ambiental y Turística.

- DE MIGUEL, A. (2000): Imagem social recíproca de espanhóis e portugueses da Fronteira. Zamora: Fundação Afonso Henriques.
- DUARTE, T. (2002): Termas: da evasão à terapia.
<http://www.ic.pt/arquivo/revista106/consumos.htm> dd 4/10/02.
- LEBOREIRO, M.A. (1994) El balneario: la ciudad ensimismada. Colexio Oficial de Arquitectos de Galicia. Santiago.
- MACHADO, J. (1994): Crónica da vila velha de Chaves. Chaves: Câmara Municipal de Chaves.
- MONTALVÃO MACHADO, A. (2002): Entrevista com Veronique Lapa em 01-04-2002 (inérita).
- NAVEGA, J. (1980): “Uma nova «Lei das águas» – Condição essencial para o progresso do termalismo”, em Jornadas do termalismo português : Termas de Monfortinho 1980. Lisboa: Associação Nacional dos Industriais de Águas minero-medicinais e de mesa, pp. 353-356.
- PARDELLAS, X. e PADIN, C. (2000): “La integración del turismo en proyectos municipales de desarrollo local: experiencias en Galicia”, em Actas III Congreso de Turismo, Universidad y Empresa. Castellón: Universidad de Castellón.
- QUINTELA, M. M. (1999): Curar e Folgar: uma etnografia das experiências termais nas Termas de São Pedro do Sul. Lisboa: ISCTE (tese de mestrado inédita).
- RIBEIRO, M. (coord.) (2000): Fórum da iniciativa económica em Trás-os-Montes e Alto Douro. Tema 4 : Turismo: Diagnóstico e orientações prospectivas: Relatório preliminar: Volume II: Compilação de propostas e de medidas de acção. Chaves: Forum de Trás-os-Montes e Alto Douro.
- RODRÍGUEZ COLMENERO, A. (1997): Aqua Flaviae. I. Fontes epigráficas da Gallaecia meridional interior. Chaves: Câmara Municipal de Chaves.
- RODRÍGUEZ GONZÁLEZ, R. (1998): “La escala local del desarrollo. Definición y aspectos técnicos”, em Revista de Desenvolvimento Económico n.º 1 (Novembro de 1998), pp. 5-15.
- SANTANA, A. (1997): Antropología y turismo. Barcelona: Ariel.
- SILVA, M. (1980): “A ecologia, as nascentes e as expropriações”, em Jornadas do termalismo português : Termas de Monfortinho 1980. Lisboa: Associação Nacional dos Industriais de Águas minero-medicinais e de mesa, pp. 343-351.
- VERDELHO, P. (1993): As águas de Flávio. Chaves: Câmara Municipal de Chaves.
- VV. AA. (1995): Guías de balnearios y estaciones termales. Madrid: ANET.

-VV. AA. (1998): Termalismo en Galicia. Santiago de Compostela: Asociación Gallega de la Propiedade Balnearia - Dirección Xeral de Turismo (Xunta de Galicia).

-XUNTA DE GALICIA (1988) O termalismo en Galicia na década dos 80. Xunta de Galicia. Santiago.

Os autores agradecemos a Susana Soares pela corrección do portugués.